



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, AGROPECUÁRIA, MEIO AMBIENTE, URBANISMO, SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CONSUMIDOR - CICAMUSPD

Parecer n.º 16 de 29 de Agosto de 2022. (NOVO REGIMENTO)

Projeto de Lei Complementar n.º 8/2022 de 27 de Junho de 2022.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Vereador José Damato Neto, com apoio dos Vereadores José Carlos Reis Pereira, Jane Cristina Lacerda Pinto e Célio Lopes dos Santos, *“Altera o inciso V do Art. 19 da Lei Complementar nº 123, de 13 de Julho de 2010 que “institui normas de parcelamento do solo para o município de Ubá e dá outras providências”.*

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 45 do Regimento Interno que relata:

“Art. 45. Compete à Comissão de Indústria, Comércio, Agropecuária, Meio Ambiente, Urbanismo e Defesa do Consumidor manifestar-se, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- I – obras públicas;*
- II – desenvolvimento urbano;*
- III – políticas relacionadas a praças e jardins;*
- IV – desenvolvimento do comércio e indústria;*
- V – pavimentação, estradas e ruas;*
- VI – agricultura, indústria, comércio e agropecuária;*
- VII – políticas relacionadas a praças e jardins;*
- VIII – matéria referente ao patrimônio público e ao regime jurídico-administrativo dos bens públicos;*
- IX – direito urbanístico local;*
- X – regulamentação sobre edificações*
- XI – tomar outras providências destinadas a*



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

defesa e a preservação do ecossistema, fauna e flora do município;

XII – conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais;

XIII – proteção do ambiente, controle da poluição, coleta seletiva, tratamento e destinação final do lixo;

XIV – recuperação ambiental de projetos que verse sobre exploração de recursos hídricos, mineirais e floresrais;

XV – tratar de assuntos relativos aos Direitos do Consumidor.

Fundamentação

Na Constituição Federativa de 1988, é descrito no seu artigo 30, inciso I e VIII, que:

“Art. 30 Compete aos municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

VIII – Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”

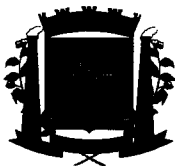
A Lei Federal nº 6.766/79 que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências” versa em seu art. 1º, parágrafo único, que:

“Art. 1º

(...)

Parágrafo único: Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais”

Para elucidar um pouco mais sobre o tema, este relator viu que o Projeto de Lei nº 4.309/2021, em tramitação na Câmara dos Deputados, busca “Instituir a



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Política Nacional de Arborização Urbana e criar o Sistema Nacional de Informações sobre Arborização Urbana”. No art. 6º deste Projeto de Lei é dito que:

“Art. 6º São objetivos básicos da Política Nacional de Arborização Urbana:

(...)

IV – Incrementar em quantidade e qualidade a arborização urbana

V – Distribuir espacial e equitativamente os benefícios e ônus da arborização urbana

VI – Reconhecer a arborização urbana como elemento de infraestrutura de direito fundamental de toda a sociedade;

VII – Reconhecer o direito das árvores urbanas como seres vivos, ao espaço aéreo e subterrâneo de que precisam para realizar o seu pleno desenvolvimento

Esta relatora inicia chamando a atenção para o MOTIVO das alterações propostas neste Projeto de Lei Complementar nº 8/2022. Segundo o autor em sua Justificativa, vivemos em um planeta cada vez mais quente e precisamos rever, urgentemente, nossa relação com a natureza. Desta forma e analisando nossa cidade e os últimos anos de seu desenvolvimento, o autor do Projeto de Lei Complementar nº 8/2022 **pretende tornar obrigatório que todos os NOVOS LOTEAMENTOS sejam aprovados com uma árvore para cada terreno.**

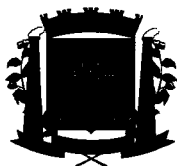
A Lei Complementar nº 123/2010 de âmbito Municipal já versa sobre as “*normas de parcelamento do solo para o município de Ubá e dá outras providências*” e nela é dito, em seu art. 19, inciso V, que:

“Art. 19 Os loteamentos só receberão o certificado de aceitação das obras, emitido pela Prefeitura Municipal, quando executadas as seguintes obras mínimas:

I – movimento de terra e abertura das vias de circulação;

II – assentamento de meio-fio e sarjetas;

III – captação pluvial subterrânea e



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

superficial com as devidas obras de arte (bueiros);

IV – delimitação e identificação das praças e lotes através de marcos;

V – arborização nas ruas com espécies adequadas com no mínimo 1,50 metros de altura, sendo feita no lado oposto da rede elétrica e preferencialmente coincidindo com as divisas dos lotes;

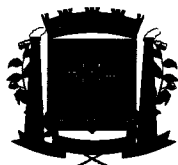
VI – abastecimento de água potável, esgoto sanitário, rede de energia elétrica e pavimentação

(...)”

Partindo disto, o autor deste Projeto de Lei Complementar nº 8/2022 propos algumas complementações no Inciso V e esta relatora irá, agora, citá-las. São elas:

- *O plantio das árvores deve ser realizado em frente a cada lote, no lado oposto da rede elétrica e, preferencialmente, coincidindo com as divisas;*
- *As árvores escolhidas NÃO podem ser frutíferas;*
- *As mudas, durante o plantio, devem ter no mínimo 1,80m (um metro e oitenta) de altura e possuir copa média na vida adulta;*
- *As árvores devem ser resistentes a pragas e doenças, evitando o uso de produtos fitossanitários, qe muitas vezes são desaconselháveis em vias públicas;*
- *A velocidade de desenvolvimento da árvore deve ser de média para rápida, para que possa perdurar no local após o plantio e para os casos de poda drástica tenha a capacidade de se recuperar rapidamente;*
- *Os troncos e os ramos das árvores devem ter lenho resistente, para evitar a queda nas vias públicas;*
- *As árvores não podem possuir espinhos*
- *A espécie escolhida não pode conter toxinas nem provocar reações alérgicas;*
- *As espécies escolhidas devem ser adequadas ao clima da região*
- *O sistema radicular da árvore deve ser profundo, evitando espécies com raízes superficiais;*
- *A copa da árvore deve ter forma e tamanho adequados, evitando danos às fachadas e conflito com a sinalização, iluminação e placas;*
- *Árvores com folhagem perene são preferidas às de folhas caducas (caem no inverno), evitando entupimento de calhas e canalizações.*

Esta Lei entra em vigor 90 dias após a data de sua publicação.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 8/2022.

Ubá, 29 de Agosto de 2022.

APARECIDA SÔNIA FERREIRA VIDAL
RELATORA

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):

☐

Aprovado

☐

Rejeitado

Por: _____

Em: ____/____/____

Vereador José Maria Fernandes
Presidente da CICAMUSPD